



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

01
kg

PROCESSO

ADMINISTRATIVO

Nº. 267/2023

TERMO ADITIVO 002/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO - AO CONTRATO Nº 531/2022, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 214/2022 E INEXIGIBILIDADE Nº. 063/2022, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA, PARA ABRIGAR PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAETÊ QUE FAZEM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO.

LOCADOR: CLAUDIO COUTINHO SEIXAS

CPF: 482.166.155-15



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUNICAÇÃO INTERNA DA MOTIVAÇÃO

Para:

Sr^a ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE

Assunto: **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 531/2022**

Considerando à continuidade da locação de imóvel destinado a **PARA ABRIGAR PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAETÊ QUE FAZEM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO**, sem o qual poderá ocasionar prejuízo ao município;

Considerando que a referida locação se faz necessária pela inexistência de espaço próprio pertencente a essa SAÚDE pública que permita a instalação e funcionamento deste Departamento;

Considerando que a razão para escolha deste imóvel se deve ao fato de ser o único imóvel que apresenta características que atendem aos interesses da SAÚDE, especialmente por possuir localização e espaço adequado para atender as demandas desta secretaria. É valido também ressaltar a inexistência de outros imóveis com características apropriadas para a funcionalidade destacada;

Considerando que o mesmo atende ao Princípio da Economicidade, visto que os preços ofertados não sofreram majoração;

Por esses motivos é que solicitamos a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** ao contrato nº 531/2022, vinculado ao Processo Licitatório, modalidade de **INEXIGIBILIDADE** Nº. 063/2022, vinculada ao Processo Administrativo nº 214/2022, tendo como LOCADOR o Sr^a CLAUDIO COUTINHO SEIXAS, inscrito CPF nº 482.166.155-15, considerando o valor mensal de **R\$ 4.765,00 (quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais)** perfazendo o Valor Global anual de **R\$ 57.180,00 (cinquenta e sete mil cento e oitenta reais)**, passando o mesmo a ter sua vigência até 28 de Dezembro de 2024, e conforme a cláusula contratual permissiva e da previsão legal autorizativa, fundamentando nossa solicitação no art. 107, da Lei 14.133/21.

DOTAÇÕES:

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.056 – Gestão das Ações da Atenção Especializada

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outro Serv. De Terceiros – Pessoa Juridica

Fonte de Recurso: 02 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde 15%

Itaetê, 28 de Dezembro de 2023.

MANOELA DOS SANTOS ARAÚJO PEREIRA
ASSESSORA DA SECRETARIA DE SAÚDE



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO DE ADITAMENTO DE PRAZO

Face ao constante dos autos e considerando ao disposto na cláusula contratual permissiva e da previsão legal autorizativa do **Contrato nº 531/2022**, bem como no art. 107, da Lei 14.133/921, como também, a disponibilidade de recursos orçamentários para o exercício de 2024, fica autorizado à Comissão de Licitação desta Prefeitura Municipal de Itaetê, Estado da Bahia, nomeada através do Decreto nº. 022/2022, iniciar os trâmites legais para o aditamento de prazo, cujo objeto é **A LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA, PARA ABRIGAR PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAETÊ QUE FAZEM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO**, firmados entre este Município e o Srº **CLAUDIO COUTINHO SEIXAS**, inscrito no CPF nº **482.166.155-15**.

Dito isto, solicitamos que a Comissão, bem como a sua Equipe de Apoio, prepare a minuta do termo de aditamento de contrato para encaminhamento à Assessoria Jurídica desta Casa, visando à emissão de parecer nos termos do art. 107, da Lei 14.133/21.

Itaetê, 28 de Dezembro de 2023.


ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Saúde

Parecer nº. 267/2023 Processo Administrativo nº. 267/2023
Interessado: Prefeitura Municipal de Itaetê
Assunto: Termo Aditivo.

EMENTA: TERMO ADITIVO. ANÁLISE JURÍDICA.
REGULARIDADE DOCUMENTAL. RECOMENDAÇÃO DE
APROVAÇÃO E CONTINUIDADE DO PROCESSO.

1. Do Relatório

A Comissão de Contratação encaminhou à assessoria pedido de parecer sobre a possibilidade do 2º aditivo de tempo no contrato nº 531/2022 firmado entre o Município de Itaetê e Claudio Coutinho Seixas.

Veio os seguintes documentos anexos:

- I. Cópia do Contrato e extrato do contrato;
 - II. Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
 - III. Certidão Negativa de débitos tributários do Estado da Bahia;
 - IV. Certidão Negativa de débitos tributários na SEFAZ e tributários e não tributários inscritos na dívida ativa no município de Salvador;
 - V. Certidão negativa de débitos trabalhista.
 - VI. Certidão CEIS E CNEP
- É o bastante a relatar.

2. Da Análise Jurídica

Inicialmente, é importante esclarecer que esta assessoria tem como única e exclusiva responsabilidade fornecer orientação jurídica, sendo este parecer apenas uma opinião sob o ponto de vista estritamente legal. Não nos cabe entrar em considerações sobre a conveniência e oportunidade dos atos administrativos, uma vez que essas decisões estão sujeitas à discricionariedade do administrador público competente. Da mesma forma, não temos a incumbência de analisar questões de natureza técnica, administrativa e/ou financeira, exceto em situações excepcionais. Portanto, a análise deste parecer se restringe aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

cujo contrato não se encerra com uma única prestação. Esses serviços são solicitados diariamente para garantir o funcionamento normal das atividades do ente federativo. A doutrina define a execução continuada como aquela cuja interrupção paralisa ou retarda o serviço, comprometendo a função estatal correspondente. Dada a natureza perene dessa demanda do Poder Público, sua paralisação pode causar prejuízos não apenas à Administração, mas também à população.

Quanto à prorrogação dos contratos contínuos, o artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021 permite a extensão desses contratos administrativos. Isso fica evidente na leitura dos dispositivos legais mencionados abaixo:

"Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. "

Nesse sentido, é importante ressaltar que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua pode ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com o objetivo de buscar preços e condições mais vantajosas para a administração, desde que seja respeitada a vigência máxima decenal.

No que se refere aos contratos administrativos, o Art. 91 da Lei 14.133/21 estabelece que os aditamentos devem ser formalizados por escrito e incluídos no processo que originou a contratação. Além disso, tais aditamentos devem ser divulgados e mantidos à disposição do público, sendo permitida a forma eletrônica na celebração. A legislação também impõe a obrigação de verificar a regularidade fiscal do contratado, como segue:

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
(...)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

§ 3º Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.

§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

De maneira análoga, destaca-se a necessidade de que a minuta do aditivo contratual a ser celebrado com as licitantes vencedoras, consoante disposições dos artigos 89 e 92 da Lei 14.133/21, esteja em total conformidade. A análise pormenorizada dessas disposições normativas demonstra o seguinte:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas

pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;


XIX - os casos de extinção.

Ao término da análise dos autos, constato que todas as exigências pertinentes foram devidamente atendidas, evidenciando que o aditivo em questão está em conformidade com as disposições estabelecidas no edital.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, emito parecer favorável à viabilidade da realização do aditivo para prorrogação do contrato nº 531/2022. A fundamentação para tal decisão repousa na adequada justificativa apresentada, considerando a essencialidade dos serviços para a execução eficaz do objeto contratual, conforme preceituam os dispositivos legais contidos nos artigos 107 e 136 da Lei 14.133 de 2021. Este parecer é submetido, respeitosamente, à apreciação superior.

Itaetê - Bahia, 28 de dezembro de 2023.


Mateus De Jesus Barberino
Procurador Geral Do Município



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

AUTUAÇÃO

Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, na sede da Prefeitura de Itaetê - Bahia foi encaminhada para esta Comissão Permanente de Licitação instituída pelo Decreto nº. 022/2022 o **Processo Administrativo nº 267/2023** oriundo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, contendo o seguinte:

- a) A descrição clara e suficiente do objeto da licitação;
- b) Valores mensal e global do contrato;
- c) Justificativas da necessidade da continuidade do objeto da licitação;
- d) Parecer jurídico fundamentado;
- e) Autorização do Ordenador de Despesa Srª **ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE** para a deflagração do processo administrativo de **aditamento de prazo**.

Diante da documentação recebida, faço a juntada da portaria referida, autuando este processo interno para fins de **aditamento de prazo**.

Assim para constar eu, **SCHEYLA OLIVEIRA CAIRES**, Presidente da CPL, faço o presente registro e autuação.

Itaetê- BA, 28 de Dezembro de 2023.

SCHEYLA OLIVEIRA CAIRES
Presidente da CPL



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÉ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 531/2022. A LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA, PARA ABRIGAR PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAETÉ QUE FAZEM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAETÉ, Pessoa Pública Interno, com sede a Travessa Abílio R de Souza, Sn, Itaeté - Bahia, Itaeté - BA, inscrito no CNPJ sob número 11.245.691/0001-00, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde, a Srª ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE, Ordenadora de Despesa nomeado através do Decreto 158/2022 de 09 de Dezembro de 2022 doravante denominado CONTRATANTE e, do outro lado, o Srº CLAUDIO COUTINHO SEIXAS, inscrito no CPF sob nº 482.166.155-25 com endereço na AA Bem Ti Vi, Condomínio Albatroz, sn, Jauá, Camaçari - Bahia, CEP: 42.843-000, denominada LOCADOR, ajustam a celebração do presente Termo Aditivo ao Contrato n.º 531/2022, celebrado pelas partes aqui qualificadas em 12 de Setembro de 2022, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Destinam-se este Aditivo de Contrato a propiciar amparo legal conforme permite o art. 107, da Lei 14.133/2021, resolvem as partes contratantes prorrogar o prazo do Contrato n.º 531/2022, vinculado ao Processo Administrativo nº 214/2022, afim de que o Srº CLAUDIO COUTINHO SEIXAS, preste o serviço constantes na Proposta da Licitação Modalidade Inexigibilidade Nº. 063/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO E VALOR

2.1 - Fica prorrogado a vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, a contar de 28 de Dezembro de 2023 a 28 de Dezembro de 2024. O presente contrato tem a sua vigência prorrogada com o saldo inicial do contrato de R\$ 57.180,00 (cinquenta e sete mil cento e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRO - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - As despesas relativas ao pagamento correrão à conta dos Projetos Atividades, a seguir, consignadas no Orçamento Geral, deste município:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÉ

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.056 – Gestão das Ações da Atenção Especializada

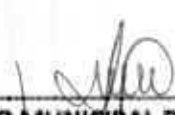
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outro Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 02 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde 15%

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no contrato referido neste Termo Aditivo, que não colidam com as disposições deste instrumento. Por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

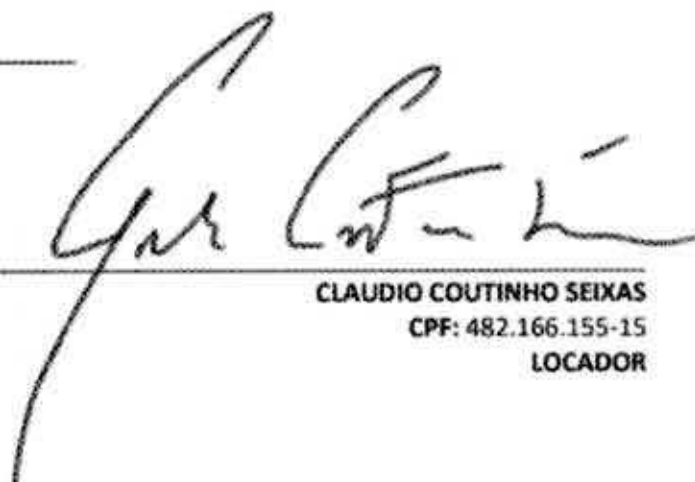
Itaeté - Bahia, 28 de Dezembro de 2023.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 11.245.691/0001-00

Srª ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE
CONTRATANTE



CLAUDIO COUTINHO SEIXAS
CPF: 482.166.155-15
LOCADOR



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

CONTRATO 531/2022

TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE ITAETÊ E CLAUDIO COUTINHO
SEIXAS

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAETÊ**, Pessoa Pública Interno, com sede a Travessa Abílio R de Souza, Sn, Itaetê - Bahia, Itaetê - BA, inscrito no CNPJ sob número 11.245.691/0001-00, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde, a Sr^a **ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE**, doravante denominada CONTRATANTE conjuntamente com o Município de Itaetê representado pelo Sr^o Prefeito Municipal ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 163.187.575-20, portador(a) da Carteira de Identidade nº 163412529 SSP/BA, doravante denominado(a) **LOCATÁRIO**, e o Sr^o **CLAUDIO COUTINHO SEIXAS**, inscrito no CPF sob o nº 482.166.155-15, com endereço **AA Bem Ti Vi, Condomínio Albatroz, sn, Jauá, Camaçari - Bahia, CEP: 42.843-000**, doravante designado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de nº **214/2022** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2.021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Este Termo de Contrato tem como objeto a locação de imóvel situado no endereço **Rua Otacílio Santos, Casa 116, Brotas, Salvador - Bahia, CEP: 40.285-840**, para **abrigar pacientes do Município de Itaetê que fazem tratamento fora do domicílio**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1. O presente Termo de Contrato é formalizado com fundamento no Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021, o qual autoriza a inexigibilidade de licitação para a "locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha."

3. CLÁUSULA TERCEIRA DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

3.1. O LOCADOR obriga-se a:

- 3.1.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;
- 3.1.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte do LOCATÁRIO;
- 3.1.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
- 3.1.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 3.1.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 3.1.6. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

12
8
13
X



Processo: 03311e21 - Doc: 561 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 25/10/2022 16:34:09
Acesse em: <https://e.cfm.ba.gov.br/cpf/validaDoc.seam> Código do documento: b68955bc-c3e2-463d-80eb-57d319153c2

- 3.1.7. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
- 3.1.8. Pagar as taxas de Administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;
- 3.1.9. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, incidentes sobre o imóvel;
- 3.1.10. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas do sistema hidráulico e a rede elétrica;
- 3.1.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de INEXIGIBILIDADE de licitação;
- 3.1.12. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCATÁRIA

4.1. O LOCATÁRIO obriga-se a:

- 4.1.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo de Contrato;
- 4.1.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
- 4.1.3. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;
- 4.1.4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;
- 4.1.5. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- 4.1.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendo assegurado ao LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;
- 4.1.7. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
- 4.1.8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;
- 4.1.9. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;
- 4.1.10. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;
- 4.1.11. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

- 5.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÉ

13
88
12
14



Processo: 03311e23 - Doc: 561 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 25/10/2022 16:34:09
Acesse em: <https://e-cam.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b68958bc-c3e2-463d-a0eb-5f1d319153e2

Código Civil.

- 5.1.1. O LOCATÁRIO fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.
- 5.2. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

5.3. USUFRUO DO VALOR DO ALUGUEL

- 6.1. O valor do aluguel mensal é de R\$ 4.540,00 (quatro mil quinhentos e quarenta reais), perfazendo o valor total de R\$ 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais).
- 6.1.1. O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa no ato da assinatura deste contrato e após a data de entrega das chaves, pagando LOCADOR e LOCATÁRIO suas respectivas partes da parcela. Caso o LOCATÁRIO a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do LOCADOR será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

6.2. USUFRUO DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente, todo dia 10 do mês corrente.
- 7.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pelo LOCADOR.
- 7.3. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o LOCADOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o LOCATÁRIO.
- 7.4. Antes do pagamento, o LOCATÁRIO verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do LOCADOR nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, e juntado ao processo de pagamento.
- 7.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo LOCADOR, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 7.6. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.7. O LOCATÁRIO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.

7.8. USUFRUO DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 8.1. O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2022, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.
- 8.1.1. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.
- 8.1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 8.1.3. Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ



Processo: 03311/23 - Doc: 561 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 25/10/2022 16:34:09
Acesse em: <https://e-fem.ba.gov.br/sgp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=b68955bc-c3e2-463d-afdb-5f1d319153e2>

9. CLAUSULA NONA - DA VIGENCIA EM CASO DE ALIENACAO

9.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

10. CLAUSULA DECIMA - DO REAJUSTE

10.1. Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

10.2. O reajuste, decorrente de solicitação do LOCADOR, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

10.3. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 0701 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.056 – Gestão das Ações da Atenção Especializada

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outro Serv. De Terceiros – Pessoa Juridica

Fonte de Recurso: 02 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde 15%

12. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZACAO

12.1. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida por um representante do LOCATÁRIO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

12.1.1. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.1.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

12.1.3. O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS ALTERACOES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA - DAS INFRAÇOES E DAS SANCOES ADMINISTRATIVAS

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará ao LOCADOR, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

15
16
A



Processo: 03311/23 - Doc: 561 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 25/10/2022 16:34:09
Acesse em: <https://e-tem.ba.gov.br/epm/validarDoc.aspx?codigo=668955bc-c3c2-463d-80eb-571d31915362>

significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de 0,03% por dia de atraso, injustificado, sobre o valor mensal da locação;

b.2 Compensatória de 15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Itaetê-BA, pelo prazo de até dois anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a SAÚDE Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o LOCADOR ressarcir ao LOCATÁRIO pelos prejuízos causados;

14.1.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:

14.2.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.2.2. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o LOCATÁRIO em virtude de atos ilícitos praticados.

14.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2.021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao LOCATÁRIO, observado o princípio da proporcionalidade.

14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao LOCATÁRIO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

14.6. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo LOCATÁRIO.

15. RESCISÃO DE CUMPLIMENTO DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O LOCATÁRIO poderá rescindir este Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.1.1. A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidas ao LOCATÁRIO, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das penalidades previstas neste instrumento.

15.2. Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas no Art. 137 da Lei nº 14.133, de 2.021, com exceção das que não sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

15.2.1. Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará INEXIGIBILIDADE da do pagamento de qualquer multa, desde que notifique ao LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.3. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoração, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., o LOCATÁRIO poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando INEXIGIBILIDADE de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÉ

17
16



Processo: 03311123 - Doc. 561 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 25/10/2022 16:34:09
Acesso em: <https://e4cm.ba.gov.br/epo/validarDoc.seam?CodigoDoDocumento=b6b955bc-c3e2-463d-a1eb-5f1d319153e2>

15.4. O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente ao LOCADOR ou por via postal, com aviso de recebimento.

15.5. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei n° 8.245, de 1991, e na Lei 14.133 de 2.021, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Andaraí-BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Itaeté - BA, 12 de Setembro de 2022.

ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CLÁUDIO COUTINHO SEIXAS
CONTRATADA

ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato

Nº 531/2022

AVISO EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ- BAHIA
CNPJ nº 13.922.620/0001-20
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021
CONTRATO Nº 531/2022

O Prefeito Municipal de Itaetê, no uso de suas atribuições, torna pública a Contratação: Licitação: Processo Administrativo nº 214/2022. Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 063/2022. Objeto: a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA, PARA ABRIGAR PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAETÊ QUE FAZEM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO**. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2022. Projeto atividade: 2.056 Elemento despesa: 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 02. Contrato Nº 531/2022. Locador: **CLAUDIO COUTINHO SEIXAS, CNPJ 482.166.155-15**. Data: 12/09/2022. Valor mensal: **R\$ 4.540,00 (quatro mil quinhentos e quarenta reais)**. **ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal**.

Processo: 03311623 - Doc: 561 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 25/10/2022 16:34:09
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/cnpj/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=b68955bc-c3c2-463d-80eb-571d319153c2>



18
8

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CLAUDIO COUTINHO SEIXAS
CPF: 482.166.155-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:17:43 do dia 04/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/06/2024.

Código de controle da certidão: **059A.AB2C.8F5F.DB03**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 11/12/2023 12:48

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20236559410

| | |
|-------------------------|----------------|
| NOME | |
| CLAUDIO COUTINHO SEIXAS | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL | CPF |
| | 482.166.155-15 |

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 11/12/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ

Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Inscrição Imobiliária: 37182-3

Contribuinte: CLAUDIO COUTINHO SEIXAS
CPF/CNPJ: 482.166.155-15
Endereço: Ladeira do Acupe, Nº725, Nº Porta: 116, ..., CS, ACUPE DE BROTAS
Número da certidão: 622445

É certificado que não constam pendências para o imóvel acima identificado.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral da inscrição imobiliária.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas para este imóvel que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.gov.br>

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 13:00:53 horas do dia 12/12/2023

Valida até o dia 11/03/2024 13:00:53

Código de Controle da Certidão: CDFF613E3D8D5EBB9D967834B838C538



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CLAUDIO COUTINHO SEIXAS

CPF: 482.166.155-15

Certidão nº: 70994849/2023

Expedição: 11/12/2023, às 12:47:11

Validade: 08/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLAUDIO COUTINHO SEIXAS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **482.166.155-15**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **CLAUDIO COUTINHO SEIXAS**

CPF/CNPJ: **482.166.155-15**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 12:47:56 do dia 11/12/2023 , com validade até o dia 10/01/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: dztGW1qCi6WvB5a7bcHk

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nº 489/2022 - 2º Termo Aditivo

SEGUNDO ADITIVO Nº 002/2022

AO CONTRATO Nº 489/2022

O Secretário Municipal de Finanças de Itaetê, no uso de suas atribuições, torna público o Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 489/2022: Processo Administrativo nº 171/2022. Objeto: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO DO COLÉGIO DE BANANEIRAS DO MUNICÍPIO DE ITAETÊ - BAHIA**. Locador: **GELMIRES GONSALVES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 247.109.385-04. Data: 28/12/2022. Vigência: até o dia 28/12/2024. Valor mensal: **R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais)**. **VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**. Secretário Municipal de Finanças.

Nº 531/2022 - 2º Termo Aditivo

SEGUNDO ADITIVO Nº 002/2023

AO CONTRATO Nº 531/2022

O Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, torna público o Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 531/2022: Processo Administrativo nº 214/2022. Objeto: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA, PARA ABRIGAR PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAETÊ QUE FAZEM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO**. Locador: **CLAUDIO COUTINHO SEIXAS**, inscrito no CPF sob nº 482.166.155-15. Data: 28/12/2023. Vigência: até o dia 28/12/2024. Valor mensal: **R\$ 4.765,00 (quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais)**. **ANA PAULA RIBEIRO VIANA DE ANDRADE**. Secretária Municipal de Saúde.

Nº 565/2022 - 1º Termo Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO 001/2023

AO CONTRATO Nº 565/2022

O Secretário Municipal de Finanças de Itaetê, no uso de suas atribuições, torna público o Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº: 565/2022 Processo Administrativo nº 203/2021. Objeto: **O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DAS COMUNIDADES E POVOADOS DO MUNICÍPIO DE ITAETÊ - BAHIA**. Contratado: **SERAFIM SANTIAGO CONSTRUTORA LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº. 19.577.729/0001-53. Data: 22/12/2023. Vigência: 12 meses. Valor global: **R\$ 229.892,02 (duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e noventa e dois reais e dois centavos)**. **VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**. Secretário Municipal de Finanças.